



# ADUNI-RIO *Informa*

SINDICATO  
**ANDES**  
SINDICATO

Boletim Informativo da Associação dos Docentes da UNIRIO - Seção Sindical

Ano V - Nº 46 - Fevereiro de 2006

## Como anda o PL? Engodo ou reajuste salarial?

**T**ramita no Congresso Nacional, desde 8 de dezembro de 2005, o Projeto de Lei nº 6.368/05, de iniciativa do Poder Executivo, que “altera a estrutura e a remuneração da carreira do Magistério Superior pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências”. Cumpre-nos informar que o conteúdo do referido PL é de responsabilidade exclusiva do Executivo e não resulta de negociação e acordo com o sindicato da categoria, uma vez que tal conteúdo foi rejeitado por todas as assembléias de greve nas instituições federais de ensino superior pelas razões que passamos a apresentar.

1 – A Lei nº 7.596/87 estabelece duas carreiras do magistério federal, a car-

reira do 1º e 2º graus e a carreira do ensino superior.

2 – Com a separação das negociações, o MEC logrou condições para impor medidas que, ao contrário de darem tratamento isonômico e aproximarem as duas carreiras, afastam-nas ainda mais em relação às atuais condições. A resposta do MEC, portanto, foi no sentido inverso ao da pauta de reivindicações. A pauta baseava-se em três princípios: isonomia salarial entre as duas carreiras, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e reajuste do vencimento básico em percentual igual para todos os professores.

3 – Enquanto o MEC acordou com o SINASEFE um reajuste de 12% no

vencimento básico para os professores da carreira de 1º e 2º graus, afirmou, em audiência, que não poderia fazê-lo para os professores da carreira do ensino superior. No lugar de reajuste igual, definiu reajustes diferenci-

### *Permaneceremos firmes na busca da conquista de nossas reivindicações*

ados com base no aumento dos percentuais de titulação e da GED, além da criação da classe de professor associado.

4 – Os professores das IFES, como os outros segmentos de servidores federais, foram à greve porque tinham pendências não resolvidas em negociações de anos anteriores e porque o governo, na prática, dissolveu a Mesa Nacional de Negociação Permanente por ele mesmo criada e não concedeu nenhum reajuste em 2005. O PL nº 6.368/

05 define medidas que, além de não atenderem às reivindicações, terão seus efeitos somente a partir de janeiro (titulação), de maio (classe de associado) e de julho de 2006 (GED).

O movimento docente foi ainda capaz de gerar contrapropostas que foram ignoradas pelo governo sob o argumento de que faltavam recursos. A prática demonstrou que os docentes estavam com a razão, pois os recursos apareceram, só que o governo, ainda assim, não quis atendê-los.

Permaneceremos, no entanto, firmes na busca da conquista de nossas reivindicações, já que os encaminhamentos apresentados pelo governo além de não atender aos pleitos dos docentes, ampliam as distorções entre as carreiras e estabelecem tratamento diferenciado para aqueles que realizam trabalho semelhantes nas IFES.

### *Projeto que reajustaria salários nas federais não tramita no Congresso*

Embora o Governo Feral tenha feito algumas promessas, o Projeto de Lei que reajustaria os salários nas federais não foi enviado para o Congresso Nacional.

A Deputada Federal Fátima Bezerra (PT/RN), quando consultada sobre o assunto pela diretoria e pelo comando de mobilização do ANDES-SN disse que o Poder Executivo havia solicitado urgência para a tramitação do PL do Ministério da Educação.

Segundo o informativo da ADUFRJ, o SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional denunciou que o acordo assinado pela entidade no final da greve não foi cumprido pelo governo. O editorial do boletim do SINASEFE afirma: “após mais de 50 dias da suspensão da greve e do início do estado de greve em cada base do nosso Sindicato Nacional, o que temos de concreto é que o prazo do GT de acompanhamento dos cálculos dos 12% e da Clas-

se Especial já expirou, e ainda não obtivemos os seus resultados finais”. O mesmo editorial ainda afirma: “temos a indefinição do calendário para os GTs da Carreira e da Capacitação Docente, recebemos a péssima notícia de que a segunda fase do PCCTAE não será cumprida corretamente pelo MEC, levando o pagamento dos percentuais de qualificação somente para julho e não mais a começar em janeiro de 2006 como está previsto no Termo de Acordo”.

**ENSINO PÚBLICO GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.**



## *Colegas Docentes! A greve acabou. Nossa luta continua.*

**S**aímos da greve, sem dela termos participado, e sem aumento no contracheque de janeiro. Como ficarão nossos salários? É a pergunta que temos feito.

Nosso Sindicato Nacional – ANDES-SN buscou através de várias propostas ao MEC, um acordo, porém de forma intransigente todas foram recusadas. A recusa deve-se a uma política por parte do governo de reajustes diferenciados com o objetivo da quebra da paridade e da isonomia salarial, estratégia para dividir os servidores públicos federais no enfrentamento das políticas do governo.

A argumentação do governo de não ter recursos para a incorporação da GAE aos vencimentos básicos, proposta do nosso Sindicato, não tem cabimento, pois os recursos necessários para tal fim seriam reduzidos, além disso, quase todas as categorias dos SPF já a incorporaram a seus vencimentos básicos, inclusive os técnico-administrativos das IFES.

A incorporação da GED, também proposta de nosso Sindicato, não foi aceita pela Mesa de Negociação, no entanto não se trata de questão de princípios, pois seu caráter produtivista deixou de existir, no momento em que o MEC decidiu transformá-la em valores fixos por titulação e deixando de lado a avaliação anual. A argumentação que não existiam recursos para tal, também caiu por terra, quando o governo encontrou em seus cofres a importância de 800 milhões de reais, sendo 200 milhões de reais para o reajuste linear de 12% para os docentes de 1º e 2º graus do ensino federal, estendidos aos aposentados e

pensionistas e 600 milhões de reais para o reajuste dos salários dos docentes do ensino superior federal. Estes recursos, segundo os cálculos de nosso Sindicato Nacional, seriam suficientes para atender os princípios de isonomia (18% de reajuste linear) e paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Não havia dinheiro. O dinheiro apareceu, graças a greve dos nossos combativos colegas das 39 IFES que a construíram. Logo não podemos aceitar que um governo que pode executar a continuidade de uma política econômica, calcada em elevadas taxas de juros e no arrocho fiscal e salarial, sob o pretexto de manter a estabilidade e combater a inflação, obtendo elevado superávit primário, não tenha recursos para resolver os graves problemas da construção de um mercado interno autossustentado.

Alem disso, a política social do governo subordina-se a essa lógica e à necessidade de controle das massas, atuando sobre a miséria com um assistencialismo clientelista, gerando novos currais eleitorais e revivendo a “Política do Coronelismo”. O principal dessa política social é que o assistencialismo para a inclusão social encobre a administração de uma política econômica essencialmente excludente e no interesse do capital. Na educação superior, essa política está evidente na criação do PROUNI – Programa Universidade para Todos – no qual, a pretexto de inclusão de camadas populares ao ensino superior, é promovida ampla isenção fiscal no setor privado da educação superior, sem atender sequer os critérios mínimos de avaliação exigidos pelo próprio governo. Além disso, ainda temos a Reforma Universitária sendo esquentada

em banho maria pelo governo e as modificações que vão sendo implementadas nas IFES, através de: ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; PRONERA – Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária; PPP – Parceria Público/Privado e Lei de Inovação Tecnológica.

Não podemos entender a questão de princípios colocada pelo MEC, se o próprio Ministro aceita que nossos salários estão defasados desde a década de 80. Por que não aceitar um reajuste linear para todas as classes, estendendo aos aposentados e pensionistas?

Não dá para entender a intransigência do MEC. A questão de princípios torna-se espúria, na medida em que varia de uma negociação para outra entre categorias dos servidores públicos federais.

O ANDES-SN permaneceu fiel aos princípios de unicidade, isonomia e paridade, buscando a solidariedade inter e intra classes e categorias.

O governo popular de Lula mudou seus princípios partidários, o nosso Sindicato mantém-se fiel a sua carta de princípios.

Logo, quais foram os resultados da greve: 1- Aumento linear de 12% para ativos, aposentados e pensionistas do ensino federal de 1º e 2º, acordo com o SINASEFE, sem a participação do ANDES, como condição imposta pelo governo, para tentar desestruturar nosso Sindicato Nacional;

2- Quanto a titulação dos docentes de ensino superior serão incorporados ao salário básico os seguintes percentuais, a partir de 1º de janeiro de 2006: 75% no caso do docente possuir o título de dou-

tor ou de livre docente; 37,5% no de grau de Mestre, 18% no de certificado de especialização e 7,5% no de certificado de aperfeiçoamento;

3- Criação da classe de professor associado a partir de 1º de maio de 2006: o docente do nível 4 da classe de adjunto com no mínimo dois anos de interstício, terá direito a ser avaliada pelo Departamento Acadêmico e ascender a classe de professor associado 1, que terá 4 níveis, semelhante as demais;

4- Aumento dos valores atribuídos aos pontos relativos à GED, a partir de 1º de julho de 2006;

5- Alteração do número de pontos atribuídos ao professor aposentado referente à GED, que passa a ser de 115 pontos, a partir de 1º de julho de 2006;

6- Aumento de 5% no vencimento básico de Professor Titular, a partir de 1º de maio de 2006.

Logo se por um lado não participamos da construção da greve, fomos beneficiados. Alertamos aos docentes da UNIRIO, ativos e aposentados, que o movimento docente só obtém vitória, através da greve.

Deixemos nossas vaidades e interesses particulares, nosso individualismo, característica própria do sistema capitalista e busquemos a solidariedade para atingirmos a unidade das categorias dos SPF, a isonomia salarial dos docentes do ensino superior federal e a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

*Prof. Willian Soares*

*Prof. Adjunto aposentado da UNIRIO  
Membro do Conselho Editorial do  
ADUNI-RIO INFORMA  
1º Secretário da ADUNI-RIO/S.Sind.*

### *Confraternização*

**A**DUNI-RIO promoveu em dezembro de 2005, um almoço de confraternização, por adesão, entre os docentes associados. O encontro foi realizado em um restaurante de Copacabana num clima de muita descontração. A Reitora e o Vice-Reitor da UNIRIO, respectivamente, Profª Malvina Tânia Tuttman e Prof. Pedro San Gil Jutuca prestigiaram o evento. Na ocasião, diversos professores, entre ativos e aposentados, estiveram presentes na comemoração.

De acordo com a direção da ADUNI-RIO/S.Sind outros encontros serão programados, visando valorizar a convivência entre os colegas.

Fiquem atentos aos comunicados da direção através do nosso informativo.



# Setor das Federais discute PL

A reunião do Setor das Federais, ocorrida nos dias 14 e 15 de janeiro de 2006, em Brasília (DF), contou com a presença de 30 representantes de seções sindicais, entre elas a ADUNI-RIO/S.Sind., que foi representada pelo Prof. Willian Soares, diretor da Associação.

Durante o encontro foi feita uma avaliação das lutas e perspectivas para 2006. Para os presentes, um ano de luta, de enfrentamentos e de resistência marcou a ação dos docentes das IFES. O sindicato cumpriu seu papel e o balanço feito deste período foi positivo. A greve do setor das IFES foi um momento significativo e demonstrou a determinação do Movimento Docente em defender os direitos dos professores e o próprio sindicato.

Os representantes das seções sindicais lembraram que pela primeira vez houve uma ação articulada do governo com grupos no interior do movimento docente para derrotar a greve e destruir o sindicato; as dificuldades internas decorrentes das mudanças das relações de trabalho afetaram o processo de mobilização inter-

na, entre outros fatores.

A fragilização crescente do governo contrastou com um tratamento mais respeitoso dispensado à greve pelos meios de comunicação de massa e pela opinião pública.

Em que pesem a coesão e a força das 39 seções sindicais em greve, número expressivo ante as adversidades da conjuntura, isso ainda não foi suficiente para romper com a intransigência do governo e garantir assim os princípios da paridade e da isonomia. O PL apresentado pelo MEC ao Congresso (conforme matéria contida na primeira página deste informativo) expressa as contradições desse processo e os problemas dele decorrentes, devendo ser denunciados junto à categoria e à sociedade.

A interlocução e a busca de uma ação conjunta com o SINASEFE para fazer frente à política do governo são tarefas inadiáveis na atual conjuntura. Impedir quaisquer perdas salariais e de direitos entre os aposentados é outra prioridade de luta para o período que se inicia, além da campanha

salarial que temos que realizar em 2006.

## Encaminhamentos

Quanto aos encaminhamentos aprovados na reunião do Setor das Federais ficou acertado que na próxima reunião com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) caberá à diretoria do ANDES-SN voltar a tratar da carreira docente e os desdobramentos da campanha salarial do ano passado. Também caberá ao Sindicato a solicitação de audiências com a Associação dos Reitores e a Secretaria de Ensino Superior do MEC para analisar a precariedade do processo de expansão das universidades federais. Com relação ao congelamento dos valores das bolsas de pós-graduação, o reduzido número e o financiamento em geral da Ciência e Tecnologia, serão temas de futuras audiências com as agências de fomento à pesquisa do governo (Capes e CNPq).

Foi também encaminhado que será aberta a discussão da pauta da campanha salarial 2006 com a CNESF – Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais.

### Demonstração Mensal - ADUNI-RIO 1º a 30 de Novembro de 2005

#### Receitas

Contribuição de Associados	12.753,48
Rendimento de Aplicação	90,95
Eventuais	10,00
Recuperação de Despesas	134,93
<b>Total de Receitas</b>	<b>12.989,36</b>

#### Despesas

Despesas com Pessoal	2.769,49
Encargos Sociais/Fiscais	671,18
Despesas com Infra-Estrutura	9.469,70
Serv. Prest. Pess. Física/Jurídica	2.266,00
Encargos Financeiros	82,42
<b>Total das Despesas</b>	<b>15.258,79</b>

#### Quadro de Resumo

Saldo Anterior	101.956,00
Receitas	12.989,36
Despesas	(15.258,79)
<b>Saldo Atual</b>	<b>99.686,57</b>
Banco do Brasil S.A.	1.789,65
Aplicação BB DI Empresarial	98.652,47
Cheques n/ Compensados	(1.019,24)
Em Caixa	263,69
Numerário de Terceiros	-
<b>Saldo Total</b>	<b>99.686,57</b>

### Demonstração Mensal - ADUNI-RIO 1º a 31 de Dezembro de 2005

#### Receitas

Contribuição de Associados	40.256,23
Rendimento de Aplicação	1.399,71
Eventuais	-
Recuperação de Despesas	442,65
<b>Total de Receitas</b>	<b>42.098,59</b>

#### Despesas

Despesas com Pessoal	3.964,16
Encargos Sociais/Fiscais	1.274,67
Despesas com Infra-Estrutura	5.282,57
Serv. Prest. Pess. Física/Jurídica	2.663,00
Encargos Financeiros	75,76
<b>Total das Despesas</b>	<b>13.260,16</b>

#### Quadro de Resumo

Saldo Anterior	99.686,57
Receitas	42.098,59
Despesas	(13.260,16)
<b>Saldo Atual</b>	<b>128.525,00</b>
Banco do Brasil S.A.	28.238,35
Aplicação BB DI Empresarial	100.052,18
Cheques n/ Compensados	-
Em Caixa	234,47
Numerário de Terceiros	-
<b>Saldo Total</b>	<b>128.525,00</b>



#### Presidente:

Joanir Pereira Passos

#### Conselho Editorial:

Joanir Pereira Passos  
Carlos Alberto A. Lima  
Willian Soares

ADUNI-RIO / S.Sind. da ANDES - SN  
Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo  
Rio de Janeiro - RJ  
Cep: 22.270-000

Telefax: (21) - 2286-8100 ou (21) - 2226-0732  
Horário de atendimento: 8h às 17h  
E-mail: aduni-rio@aduni-rio.org.br  
Home page: www.aduni-rio.org.br

Tiragem: 1500 exemplares

#### Jornalista Responsável:

Fernanda Esteves - Mtb 21738

OBS: Todos os artigos assinados neste informativo são de responsabilidade de seus autores.

# Anteprojeto do Regimento Geral da Universidade

## *A comissão encarregada de elaborar o Anteprojeto do Regimento Geral da Universidade fez a entrega do relatório final do Anteprojeto para a Reitora da UNIRIO*

**A** comissão composta pelo Prof<sup>o</sup>. Adjunto aposentado Willian Soares (presidente da comissão), pela Prof<sup>a</sup>. Assistente aposentada Marília Cintra Macedo Barroso, pelo Prof<sup>o</sup> Adjunto Felisberto José Braga de Almeida e pelos técnico-administrativos Jorge Nunes Quércia e Jorge Luiz Teles Vieira entregou o relatório final do Anteprojeto para a Reitora da UNIRIO, Prof<sup>a</sup> Malvina Tânia Tuttman, no dia 7 de fevereiro de 2006, no gabinete da reitoria.

As tarefas chegaram ao fim, após quase 36 meses de trabalho, não corridos, mas com interrupções, decorrentes da complexidade e da extensão da atividade, que exigiram ampla pesquisa documental e das dificuldades de articulação dos trabalhos da comissão, por impedimentos diversos dos seus membros integrantes.

A seguir a entrevista com o Prof<sup>o</sup> Willian Soares, presidente da comissão.

### **1) - Como a comissão trabalhou na elaboração do Anteprojeto de Regimento Geral da Universidade?**

Os trabalhos começaram em março de 2003 quando, após diversos contatos, foi marcada a primeira reunião para a discussão da metodologia a ser adotada, o que ficou assim estabelecido:

a) – Os documentos para basear a pesquisa bibliográfica foram o Regimento Geral em vigor, o Estatuto aprovado em 2001 e o Anteprojeto elaborado na gestão do Reitor Prof<sup>o</sup> Jürgen F. Dohmann, que corresponde em sua quase totalidade ao trabalho realizado pela Estatuinte Universitária, presidida pelo Prof<sup>o</sup>. Felisberto José B. de Almeida, no período de 1988 a 1992,

na gestão do Magnífico Reitor Prof. Dr. Osmar T. Costa.

b) – Pesquisa bibliográfica;

c) – Reuniões da Comissão para elaborar e discutir cada artigo e parágrafos dos capítulos de cada título;

d) – Apreciação pela Comissão da redação final ao término dos capítulos de um título;

e) – Convalidação por um professor ou técnico-administrativo em Educação da Universidade, especialista no assunto do capítulo em discussão, para críticas e sugestões;

f) – Aprovação final pela Comissão dos artigos componentes do capítulo em discussão.

### **2) – Quais as fontes utilizadas pela comissão?**

A comissão iniciou seus trabalhos em reuniões semanais na sala de reuniões da reitoria. A busca bibliográfica foi longa, pois foram consultados todos os decretos, portarias e leis, que passaram a vigorar após a criação de nossa Universidade. Pesquisamos, também, documentos oficiais oriundos do MEC, CAPES, INEP e CNE, entre outros. A pesquisa e a consulta bibliográfica realizaram-se na medida em que elaborávamos um título e seus respectivos capítulos. Além da consulta bibliográfica realizamos várias consultas a docentes e técnico-administrativos em Educação, especialistas na área.

### **3)– Como ficou a estrutura Acadêmico-Administrativa da Universidade?**

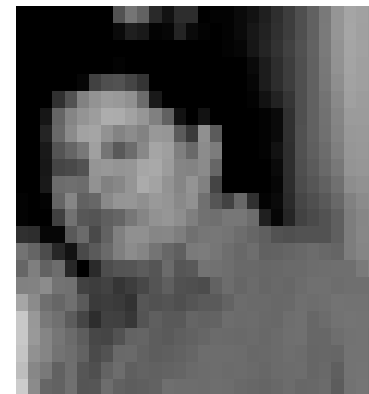
A estrutura do Anteprojeto apresentou-se baseada na estrutura administrativa atual da Universidade, aprovada no Estatuto de 2001. Considerou-se como unidade acadêmica o Centro Acadêmico, órgão de administração setorial, que tem como finalidade supervisionar e coordenar as atividades didático-científicas e administrativas dos órgãos a ele

subordinados e promover a sua integração com a Administração Superior. As sub-unidades acadêmicas, órgãos da unidade acadêmica são voltadas à oferta de curso de graduação num campo específico do conhecimento, cursos de Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu, projeto de pesquisa e atividades de extensão, compreendendo as Escolas ou Institutos, Departamentos Acadêmicos, Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e Coordenações Acadêmicas. Esta estrutura subordinase à Administração Superior composta pela reitoria, pró-reitorias e aos Conselhos Superiores, que são os órgãos de decisão máxima da Universidade. Complementando esta estrutura há unidades suplementares: HUGG, Biblioteca Central e Arquivo Central.

Observamos que o Centro de Ciências Humanas e Sociais, dentro desta estrutura deverá sofrer ampla reavaliação, de vez que os Departamentos Acadêmicos devem ser integrados a cada Escola, terminando com o seu fluxograma em que Departamento Acadêmico e Escola estão no mesmo nível. Se em 1987 esta estrutura funcionou, hoje, gera no cotidiano uma operacionalização difícil dos trâmites administrativos entre a Decania do Centro Acadêmico, o Diretor de Escola e o Chefe de Departamento.

### **4)– Como foi a estruturado o Anteprojeto de Regimento Geral da Universidade?**

Na realidade a comissão procurou atualizar o regimento em vigor através da pesquisa bibliográfica realizada, incorporando todas as mudanças ocorridas após a criação da Universidade no que se referem às leis, decretos, oriundos do MEC ou outros Ministérios envolvidos na vida universitária como o MPOG, Ciências e Tecnologia, entre outros. De grande importância, ressaltamos os Atos Acadêmicos publicados pelas pró-reito-



*Professor Willian Soares,  
Presidente da Comissão*

rias da área acadêmica, onde constam todas as resoluções dos conselhos superiores desde 1979. Grande parte destas resoluções foi incorporada aos artigos do Regimento, concentrando todas as informações sobre a vida universitária, trazendo maior facilidade de consulta e eficiência nos trâmites acadêmicos-administrativos.

O Anteprojeto do Regimento conta com nove títulos e 29 capítulos, nos quais se distribuem 240 artigos.

### **5) - O senhor deseja fazer alguma colocação final?**

Para finalizar ressalto que o Anteprojeto por nós elaborado contou em todas as suas etapas com os recursos humanos e tecnológicos da ADUNI-RIO/S.Sind. como: a digitação das várias versões de cada capítulo; cópias xerográficas a cada etapa do trabalho, até a versão final; recursos materiais necessários à execução de todas as fases do relatório como papel, disquetes, cartucho para impressora, toner para máquina xérox, entre outros. Agradecemos aos funcionários da ADUNI-RIO/S.Sind., principalmente à Claudinea Gonçalves, ao Alexandre Souza e ao Daniel Rodrigues que foram os responsáveis pela digitação dos textos, reproduções xerográficas e correções do texto durante todo o processo de sua elaboração até a sua conclusão.

Agradecemos, também, às Direções da ADUNI-RIO/S.Sind. que nos apoiaram em todas as fases da elaboração do Relatório e confiaram nos seus representantes.